Parte 2 - Estado, políticas públicas e relações de poder
**Capítulo 8 - Regular as fronteiras agrícolas sul-americanas?
Experiências e negociações ambientais no Chaco argentino, no
Uruguai e no Rio Grande do Sul – Brasil**

Pierre Gautreau
Marie Gisclard
Lorenzo Langbehn
Gabrielle Marquis-Dupont

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GAUTREAU, P., GISCLARD, M., LANGBEHN, L., and MARQUIS-DUPONT, G. Regular as fronteiras agrícolas sul-americanas? Experiências e negociações ambientais no Chaco argentino, no Uruguai e no Rio Grande do Sul – Brasil. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 171-190. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4.
<https://doi.org/10.7476/9786557250044.0009>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 8

Regular as fronteiras agrícolas sul-americanas? Experiências e negociações ambientais no Chaco argentino, no Uruguai e no Rio Grande do Sul – Brasil

• • • • •

PIERRE GAUTREAU
MARIE GISCLARD
LORENZO LANGBEHN
GABRIELLE MARQUIS-DUPONT

INTRODUÇÃO

Os anos 2000 foram marcados pela conjunção entre o forte avanço das fronteiras agrícolas sul-americanas e o desenvolvimento de medidas originais de proteção do meio ambiente que visam regular esse avanço. Enquanto nos anos 1980 e 1990 foi a criação das áreas protegidas o que regulou as atividades agrícolas ou silvícolas (Zimmerer, 2011), as normas que se impõem desde meados dos anos 2000 concernem os agrossistemas, os espaços que eles ocupam e as práticas que se desenvolvem nesse contexto. Onde antes se buscou proteger as zonas percebidas como ambientalmente estratégicas, hoje busca-se regular essas atividades e promover sua restrição de maneira diversificada no espaço. Neste capítulo, nos interessam três medidas (ver o Quadro 1): a “lei florestal” argentina (2007), o decreto regulando o uso agrícola dos solos no Uruguai (2008) e o “zoneamento ambiental da silvicultura” (ZAS) para espécies exóticas utilizadas para a produção de celulose no Rio Grande do Sul – Brasil (2009). Elas respondem respectivamente à aceleração do desmatamento no norte da Argentina desde os anos 1990, à intensificação agrícola no Uruguai, e ao recuo das coberturas herbáceas nativas sob os efeitos conjuntos do avanço

das produções agrícolas e silvícolas no Rio Grande do Sul. Em todos esses espaços, o avanço das superfícies agrícolas se realiza também em detrimento da criação extensiva de animais que se desloca para as margens dos principais agrossistemas, reavivando o interesse por terras antes consideradas como marginais e aumentando a carga animal por hectare. Os decênios 1990-2000 não são, portanto, caracterizados unicamente por uma nova pulsação agrícola em detrimento das coberturas vegetais, mas também por uma intensificação generalizada das práticas, com um uso crescente de insumos e o aumento do risco de erosão.

O método utilizado aqui consiste em analisar de modo cruzado os processos de adoção de três dessas novas medidas de políticas públicas, caracterizando o modo com o qual os atores agrários dominantes negociam com os poderes públicos sua implementação a montante e a jusante da sua adoção legal.¹ Esses atores correspondem a produtores agropecuários ou silvicultores empresariais, voltados prioritariamente para a exportação e conectados aos circuitos financeiros internacionais, que possuem uma forte influência graças a suas relações nas instâncias parlamentares e governamentais.

Diferentes interpretações desses processos de adoção de tais leis podem ser formuladas. Do ponto de vista do Estado, considerado como um conjunto heterogêneo de instituições permeáveis a uma diversidade de pressões, trata-se, primeiramente, de compreender como tais medidas conseguem emergir em seu âmbito. Uma primeira interpretação assimila essas regulações como uma “maquiagem verde” conduzida por poderes públicos a fim de mascarar os impactos ambientais dos modelos de desenvolvimento adotados. Com efeito, sua adoção por parte de governos de centro-esquerda, que chegaram ao poder na virada do século e assentaram sua legitimidade sobre a redistribuição parcial dos ganhos ligados à exportação dos grãos ou da madeira é, *a priori*, paradoxal. São essas vigorosas exportações que financiam, em grande medida, suas políticas de luta contra a pobreza, o que permite, então, questionar as finalidades que os levariam a tomar medidas capazes de freá-las. Segundo Svampa (2013), instalou-se na América Latina dos anos 2000 um “consenso das commodities”, que inibiu toda discussão sobre os efeitos ambientais da intensificação agropecuária. Isto se deu em nome da necessidade do crescimento possibilitado por um contexto

¹ A análise é baseada em pesquisas de campo por entrevistas semi-estruturadas junto a uma diversidade de atores públicos e privados dos campos agropecuários e ambientais, e em uma análise de dados fornecidos pelos organismos encarregados da aplicação das medidas de proteção ambiental. Foram aproximadamente sessenta entrevistas, realizadas nas províncias do Chaco, de Santiago del Estero e em Buenos Aires entre 2012 e 2014; 25 entrevistas feitas por Pierre Gautreau no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2013; 20 entrevistas em 2014 no Uruguai.

de aumento excepcional dos preços agrícolas e dos ingressos fiscais ligados à exportação. Nesse contexto, a regulação ambiental corresponderia apenas a medidas cosméticas, sem uma real vontade de torná-las efetivas. Prolongando essa análise, outros autores veem uma verdadeira cumplicidade do Estado com os setores agroexportadores. Ao fazer adotar normas fracas e sem alcance real, que as empresas poderão seguir sem modificar radicalmente sua forma de produção, certifica-se ambientalmente sua ação (ACSELRAD, 2004).

Outra interpretação, sociopolítica nesse caso, enfatiza a evolução dos Estados e da região na década de 2000 e sua crescente abertura a grupos favoráveis a uma melhor consideração do meio ambiente. Enfim, uma terceira interpretação vê, nesse processo, a expressão de uma preocupação fundamental da administração pública em relação à sustentabilidade dos fatores de produção, em um contexto onde as pressões do mercado incitariam, ao contrário, à diminuição da fiscalização ambiental.

A interpretação é totalmente diferente do lado dos atores agrícolas dominantes. Esses veem nas “fronteiras agrícolas neoliberais” (Brannstrom, 2009)² o lugar onde Estado e empresas colaboram por uma gestão cada vez mais eficiente dos recursos naturais. A chegada de grandes corporações transnacionais, incitadas a melhorar seus padrões ambientais e sociais a fim de responder às solicitações do mercado (Nepstad; Stickler; Almeida, 2006), seria ao final benéfica para a conservação. A intensificação agropecuária é assimilada, nesse espírito, a uma utilização de “ativos” ambientais mais “eficientes” que a praticada nos sistemas extensivos tradicionais. Estes são, aliás, frequentemente substituídos pela agricultura empresarial (Grau; Aide, 2008).³ Esta corrente, que percebe a globalização agropecuária como um meio de otimizar a utilização dos recursos (terras, irrigação) poupando o meio ambiente, analisa, portanto, as novas regulações como ações voluntaristas de acompanhamento do crescimento agropecuário por parte do Estado.

Questionamos-nos, igualmente, sobre os efeitos da conjuntura econômica dos anos 2000 para compreender a atitude dos atores agrícolas face a

² Brannstrom (2009) define essas fronteiras como zonas de expansão das superfícies agrícolas impulsionadas pela demanda do mercado global, marcada por uma especialização nas exportações, pela presença de firmas agroalimentares transnacionais, pela difusão de tecnologias e por políticas de privatização das terras.

³ Grau e Aide (2008) estimam que a difusão da agricultura empresarial, pela intensificação produtiva que ela desencadeia, pelo êxodo rural que ela favorece em certas zonas produtivamente marginais, favorecendo a eliminação dos estabelecimentos menos competitivos e cujo “ratio” produção/uso dos recursos é fraco, contribui para a concentração dos espaços produtivos gerando ao mesmo tempo uma renaturalização dos espaços abandonados. Segundo os autores, o saldo desse processo é positivo para o meio ambiente e a sociedade, se refletirmos em escalas nacionais e continentais.

essas novas regulações. Podemos pensar que o contexto de altos preços das “commodities” durante o decênio favoreceu uma maior tolerância do setor a pressões mais fortes, na medida em que os benefícios gerados fizeram com que não percebesse essa maior regulação como uma ameaça. Uma tese alternativa consistiria em afirmar que em contexto de expansão das possibilidades de produção e de benefícios, os atores agrícolas dominantes tentaram, ao contrário, quebrar as amarras capazes de reduzir os ganhos, tirando proveito de um amplo consenso social em relação ao caráter secundário dos impactos ambientais desse processo. Sua atitude pouco hostil frente a uma aparente retomada de regulação estatal seria, então, interpretada como uma tentativa de enfraquecer o conteúdo dos novos instrumentos.

No desenvolvimento dessas questões apresentaremos, primeiramente, as três medidas de políticas públicas e, depois, os fatores que permitiram sua adoção. Em seguida, mostraremos a atitude dos atores agrícolas dominantes e a influência que tiveram no momento de suas implementações, antes de discutir os limites do alcance dessas medidas. A discussão demonstra, por um lado, que essas medidas confirmam uma nova concepção da relação entre conservação e produção agrícola e, por outro lado, seu menor alcance demonstra igualmente a fragilidade das instituições ambientais e a capacidade dos atores agrícolas dominantes de contornar ou de mobilizar as normas a seu favor, conforme cada situação.

1. UMA NOVA GERAÇÃO DE MEDIDAS DE REGULAÇÃO AGROAMBIENTAL

As três medidas estudadas aqui correspondem a uma tendência recente na América do Sul de criar instrumentos para regular o impacto ambiental da agropecuária (Quadro 1).

No Uruguai, um decreto obrigou, em 2008, todo produtor agrícola a fazer planos plurianuais de uso do solo, seguindo rotações de culturas que assegurem uma proteção máxima contra a erosão hídrica. Métodos informatizados permitem aos proprietários calcular, para cada parcela, o nível de tolerância do solo à erosão hídrica e, assim, ajustar as culturas previstas. Neste caso ele pode, teoricamente, elaborar um sistema adequado de rotação de culturas. O Estado, por intermédio de uma administração descentralizada, verifica em seguida, ano após ano, o respeito aos compromissos firmados nos “planos de utilização do solo” (Marquis Dupont, 2014).

Na Argentina, uma lei florestal impõe a cada província, desde 2007, a implementação de um zoneamento de suas florestas, conforme três catego-

QUADRO 1
 Comparação das medidas de regulação e dos impactos ambientais estudados

	Planos de uso do solo	Lei florestal	Zoneamento silvícola
País /Estado	Uruguai	Argentina	Rio Grande do Sul (Brasil)
Objeto da proteção	Solos	Florestas	Ecosistemas
Ano	2008 (aplicação em 2013)	2007 (aplicação em 2010)	2009
Atividade regulada	Agricultura	Toda atividade que afeta as florestas	Silvicultura com espécies exóticas (eucaliptos, pinos...)
Atores concernidos	Produtores agropecuários, qualquer que seja a sua condição em relação às terras	Proprietários ou posseiros de terras florestais	Silvicultores
Princípio de regulação	Reduzir a vulnerabilidade dos solos à erosão devido à agropecuária	Redução das taxas de desmatamento	Reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas face à atividade silvícola
Princípio de regulação	Estabelecimento pelos produtores, de planos plurianuais de uso do solo	Estabelecimento de zoneamentos fixando o desmatamento autorizado	Estabelecimento de limites de superfície e de distância para os maciços silvícolas
Lógica de regulação	Controle pós-safra e fiscalização pelo Estado	Preservação de zonas estratégicas e pagamento por serviços ambientais	Controle a priori, pela autorização dos projetos silvícolas
Escala de aplicação	Estabelecimento agropecuário	Província	Unidade de paisagem e bacia hidrográfica
Informação utilizada	Mapas dos solos, principalmente na escala 1/20.000 (anos 1970)	Cartografia das coberturas florestais (anos 1990)	Dados geomorfológicos e da biodiversidade (anos 2000)
Texto	Decreto 405/008	Lei 26331 de Orçamentos Mínimos de proteção ambiental dos bosques nativos	Resoluções do Conselho do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (nº 187/2008 & 227/2009)

rias: em “vermelho”, as zonas que não podem ser desmatadas; em “amarelo”, aquelas onde apenas as atividades que não põem em risco a cobertura florestal são autorizadas (silvopastoris); em “verde”, as zonas que podem sofrer desmatamento. A realização do zoneamento condiciona a atribuição às províncias de um financiamento que permite, por um lado, reforçar sua capacidade de gestão e de controle florestal, e por outro, remunerar as atividades consideradas como sustentáveis, protegendo as florestas em nome dos serviços ambientais prestados por essas atividades.

No Rio Grande do Sul, elaborou-se durante seis anos (2004-2010) um “zoneamento ambiental para a silvicultura”, que estabelece critérios precisos para a plantação, por grandes empresas produtoras de madeira e de polpa – massa celulósica –, de áreas contínuas de eucaliptos e de pinos nos campos de pastagens nativas da região (Gautreau; Velez, 2011). Esse zoneamento constitui um instrumento de acompanhamento da autorização de atividades silvícolas por parte da administração ambiental do Estado (“licenciamento ambiental”).

Essas novas medidas têm várias características em comum. Todas apresentadas como respostas à intensificação agrícola e à extensão das superfícies cultivadas nos anos 1990-2000, elas focalizam, antes de tudo, os agrossistemas, distanciando-se de políticas ambientais precedentes focalizadas na criação de áreas protegidas. Observa-se nesta ocasião uma mudança de paradigma ecológico (Gautreau; Hinnewinkel, 2013) em uma região onde a conservação se restringiu durante muito tempo a ecossistemas percebidos como “virgens” ou “naturais”. Essas novas medidas pressupõem que as formações vegetais que constituem o suporte de atividades produtivas, notadamente de criação de animais, também merecem medidas de conservação: as formações herbáceas do Rio Grande do Sul (“campos”), ou ainda as florestas secas do Chaco. Em termos geográficos, elas consagram, portanto, a extensão da regulação ambiental ao conjunto do território nacional comprometido com a agropecuária.

Duas dessas medidas (no Uruguai e no Sul do Brasil) não são muito originais e se limitam, em grande medida, a um controle das práticas pelo Estado, sem, no entanto, oferecer contrapartidas. Não se observa nessas medidas nenhuma lógica real de incentivo fiscal ou econômico aos produtores, contrariamente à lei florestal argentina.⁴ Essa opção por medidas que respon-

⁴ Ela prevê que planos de gestão dos estabelecimentos agropecuários sejam financiados, o que poderia ser comparado, em uma primeira análise, a formas de pagamento por serviços ambientais. Na prática, esses financiamentos correspondem geralmente ao acompanhamento de planos de gestão

dam classicamente ao *comand and control*, não impede que na sua própria concepção elas integrem mecanismos de concertação e de negociação com atores cuja atividade deva ser regulada. Revisões colegiadas são, assim, previstas periodicamente para os zoneamentos florestais provinciais na Argentina, bem como para o zoneamento silvícola do Rio Grande do Sul, no âmbito de instituições ambientais criadas no contexto dos estados federados. No Uruguai, a administração reivindica uma implementação flexível e negociada dos planos de uso dos solos, e uma atitude que prioriza o acompanhamento mais do que a repressão durante os primeiros anos. A construção conjunta desses instrumentos com o mundo agropecuário e silvícola encontra-se, assim, claramente reivindicada. Enfim, o conjunto dessas medidas baseia-se em informações ambientais de qualidade extremamente variável – e quando os modelos matemáticos as sustentam, eles se apoiam, geralmente, em um número muito reduzido de dimensões dos ecossistemas.⁵

Mas as novas normas não visam aos mesmos objetivos de conservação. A lei argentina de 2007 diz respeito às florestas, um objeto internacionalmente reconhecido por seu valor em termos de biodiversidade e mais recentemente por seu papel na regulação do clima. Ela tem, no entanto, a originalidade de levar em conta as florestas secas, as mais expostas ao avanço das fronteiras agrícolas, enquanto que o essencial da legislação florestal sul-americana refere-se às florestas hiperúmidas. O zoneamento do Rio Grande do Sul, por outro lado, constitui uma exceção no âmbito do continente, na medida em que instaura um princípio de conservação das formações herbáceas, que não costumam ser objeto de medidas ambientais nem no Brasil nem no mundo. Enfim, o decreto uruguaio diz respeito a um recurso natural, o solo, foco de medidas legais de conservação desde os anos 1950. As medidas uruguaias e do Rio Grande do Sul se diferenciam da lei florestal argentina pela vontade de ajustar o nível da regulação agropecuária ou silvícola, em função da vulnerabilidade dos objetos levados em conta. Entretanto, elas tornam este princípio operacional segundo lógicas e escalas diferentes: no Uruguai, essa

sustentável das florestas, que induzem, paradoxalmente, um uso mais intensivo das coberturas florestais, principalmente pela criação de animais.

⁵ O modelo uruguaio de cálculo da vulnerabilidade do solo às culturas foi calculado, assim, a partir de um número muito reduzido de estações de medida (Marquis Dupont, 2014); os planos florestais das províncias argentinas, de modo geral, não incluem informações minuciosas sobre a variação espacial da biodiversidade das florestas e se baseiam em uma cartografia cujas escalas são inadaptadas a uma análise local precisa (Gautreau; Langbehn; Ruoso, 2014). O zoneamento silvícola do Rio Grande do Sul representa, em parte, uma exceção à regra, mas se baseia quase que exclusivamente em dois parâmetros: a vegetação e a evapotranspiração no âmbito das bacias hidrográficas (Gautreau; Véleza, 2011).

vulnerabilidade é medida para cada parcela do estabelecimento, enquanto que no Rio Grande do Sul, ela é medida à escala da unidade de paisagem ou da bacia hidrográfica.⁶ Essa lógica de ajustamento constitui uma mudança de grande porte com relação às medidas agroambientais anteriores dos dois países, geralmente baseadas no potencial agropecuário do espaço.

A adoção dessas novas formas de regulação se inscreve em um contexto de desejo de retorno do Estado como mediador das relações de produção, que incluem, de agora em diante, o meio ambiente como mais uma variável dessas relações. A chegada ao poder dos governos de centro-esquerda não é estranha a esse movimento. As novas equipes foram eleitas sob um programa de distanciamento com relação ao modelo neoliberal, dominante na região desde os anos 1990, e baseado na desregulação dos modos de acesso e de gestão dos recursos. Mais amplamente, a adoção desses instrumentos se baseia em um discurso governamental segundo o qual os impactos ambientais da expansão agrícola e silvícola recentes são administráveis: a região não liquida seus ativos ambientais na medida em que aprofunda sua inserção na globalização (Gautreau, 2014). Temos aqui uma das explicações do fato dessas medidas serem apresentadas e percebidas como destinadas a enquadrar a ação das grandes empresas. Ao negligenciarem o fato de que os ataques ao meio ambiente nos agrossistemas incluem igualmente outros tipos de atores, esses discursos procuram demonstrar, principalmente, a determinação dos governos, designando como alvo de sua ação empresas cada vez mais criticadas por uma parte da opinião pública e das ONGs de defesa do meio ambiente, ou ainda pela agricultura familiar, por seu caráter predatório dos recursos.

No entanto, múltiplos sinais demonstram que essas normas se aplicam de modo incompleto ou que atingem apenas parcialmente seu objetivo. Todas as três foram implementadas tardiamente, depois de iniciados os processos que tentam controlar, quer se trate do desmatamento no Chaco, da erosão laminar nos campos de soja no Uruguai ou da substituição dos campos pela silvicultura no Rio Grande do Sul.⁷ Estudos recentes demonstram que a implantação da lei florestal argentina não se traduziu em uma redução per-

⁶ A razão é que o zoneamento silvícola procura manter as funções dos ecossistemas (fluxo de genes, manutenção dos escoamentos superficiais), dependendo da ocupação do solo em grande escala e não unicamente das atividades agropecuárias locais.

⁷ A título de exemplo, cabe dizer que o essencial das terras para plantações silvícolas do Rio Grande do Sul foi adquirido durante o período da gênese do zoneamento, e que por isso teve um poder de regulação extremamente limitado (2004-2009). A redução dos ritmos de plantação de árvores ao final do decênio 2000 se atribui mais à crise financeira internacional de 2008 do que aos efeitos do zoneamento, embora as madeireiras o acusem de ter afugentado os investidores.

ceptível de taxas de desmatamento (Montenegro et al., 2012; Redaf, 2012). No Uruguai, o modo de cálculo das rotações culturais parece deixar uma grande margem de manobra aos produtores, reduzindo fortemente o caráter constrangedor da medida.

2. OS FATORES DE ADOÇÃO DAS NOVAS MEDIDAS DE REGULAÇÃO AMBIENTAL DA AGRICULTURA

A heterogeneidade do mundo agrícola constitui um fator essencial para que se compreenda a adoção dessas novas medidas. Ela demonstra a ampliação da diversidade das formas de organizações sociais e econômicas na agropecuária (Gisclard; Guibert, 2014; Guibert et al., 2011). Os produtores são submetidos a solicitações frequentemente contraditórias, que tornam complexa a leitura das suas lógicas de ação: oportunidades ligadas às dinâmicas do mercado global; multiplicação de conflitos ambientais locais ou fronteiriços ligados às poluições geradas por suas atividades; conflitos territoriais com outros usuários de recursos que a agricultura empresarial concentra cada vez mais (indígenas, pequenos produtores ou camponeses “sem terra”); vontade por parte de certos setores do Estado de instaurar capacidades de regulação do uso dos recursos naturais; necessidade de certificação ambiental de produtos destinados em grande parte à exportação. É, portanto, difícil desembaraçar os papéis respectivos do “Estado” do de seus atores agrícolas dominantes nas dinâmicas de adoção dessas medidas, ainda mais quando esses atores pretendem aderir voluntariamente ou, até, participarem ativamente da concepção dessas normas (Fouilleux, 2013).

Assim, a dominação do setor silvícola por empresas de grande porte, expostas às pressões do mercado em termos de imagem, foi decisiva para a adoção do zoneamento no Rio Grande do Sul. Nesse caso, as próprias empresas tomaram a iniciativa: fortemente criticadas após os conflitos com as comunidades rurais e indígenas das zonas tropicais do Brasil, escolheram migrar em direção ao extremo sul do país com a implementação de instrumentos ambientais que pudessem certificar o caráter sustentável de seus investimentos. Na medida em que esses instrumentos ainda não existiam no Rio Grande do Sul, tratava-se então de criá-los (Gautreau, 2014). De modo geral, o grande porte das empresas da região e a sua inscrição nos mercados internacionais, as tornam sensíveis aos efeitos de reputação, incitando-as, então, a adotar atitudes mais conciliadoras com medidas de regulação nacionais. Essa atitude é clara para as empresas cujos investimentos em ativos

difícilmente deslocáveis são importantes (Hommel, 2006), como é o caso das empresas silvícolas.⁸ Mas começamos a observar, igualmente, a estruturação de iniciativas de “responsabilidade social e ambiental” dentre os grandes atores da agricultura argentina.⁹

É possível que os efeitos da dimensão do país e do federalismo também tenham desempenhado um papel na Argentina, criando rupturas de interesses entre grupos distintos de produtores em função da sua localização no território. Nesse país, a lei florestal pôde passar ao parlamento nacional na medida em que os mais poderosos “lobbys” agrícolas do país não a perceberam como uma ameaça para a atividade, já que sua região – La Pampa – não era atingida pelo desmatamento do norte do país. Ainda que fortemente opostos à lei, os “lobbistas” e os governos das províncias do norte do país não puderam bloquear sua adoção no âmbito federal.

No caso do Uruguai, a adoção do decreto de conservação dos solos poderia ter correspondido, igualmente, à necessidade do governo de demonstrar sua vontade de controlar a concentração das terras agrícolas e o aumento da proporção de estrangeiros dentre os proprietários ao longo dos anos 2000. Criticado por atores do campo político da esquerda por ter mantido condições econômicas muito liberais, o governo tentou, ao longo de 2013, tomar medidas que desencorajassem a formação de propriedades muito grandes. Sua decisão de adotar o decreto teria sido estimulada por um pedido das cooperativas agrícolas uruguaias, pois na medida em que ele se refere prioritariamente à cultura da soja, sobretudo praticada por empresas de produção argentinas, as cooperativas teriam visto na medida um modo de reduzir a atividade de atores concorrentes.¹⁰

⁸ Essas são vulneráveis aos efeitos locais de reputação na medida em que elas investem na compra de terras, enquanto que as empresas agrícolas minimizam esses investimentos fixos alugando as terras que exploram.

⁹ Elas dizem respeito principalmente às associações ligadas à inovação técnica na agricultura (cujas principais são AAPRESID e AACREA), que participam de iniciativas tais como “Foro por el Desarrollo Agropecuario y Florestal Sustentable” (Martinez Ortiz, 2007; Corcuera; Martinez Ortiz, 2006), a marca registrada “Agricultura certificada” ou o “Foro de la Cadena Agroindustrial”. Esse último agrupa por volta de trinta associações da cadeia agrícola, e publica obras que tratam da relação entre agricultura e meio ambiente (Solbrig; Adámoli, 2008)

¹⁰ Esses últimos solicitaram, desde 2007, uma ação do governo a fim de garantir a conservação dos solos. Eles denunciaram sua degradação em um contexto de generalização de arrendamento das terras agrícolas por curto prazo (2/3 anos) e de práticas culturais que provocam a erosão em função das mutações agrícolas do país depois dos anos 2000. A soja, visada prioritariamente pelo decreto, domina amplamente as superfícies cultivadas no país: ocupa, no Uruguai, solos mais íngremes, relativamente menos férteis e mais frágeis que na Argentina e, portanto, mais vulneráveis à erosão quando convertidos em agricultura intensiva.

Tanto no Rio Grande do Sul quanto na Argentina, a ação de ONGs conservacionistas ou sensíveis às questões ambientais foi decisiva, em particular durante a fase de concepção e de voto das novas normas, via participação nas negociações e nos debates preliminares à sua adoção. Em comparação, o decreto uruguaio de conservação dos solos emerge como totalmente original, na medida em que o governo parece estar praticamente sozinho na iniciativa de sua aplicação, sem nenhum debate público durante sua elaboração.

Enfim, a incidência do contexto internacional desempenha um papel importante, mas relativo, conforme os países. Na Argentina, o movimento em favor da lei florestal foi desencadeado a partir de uma campanha do “Greenpeace Argentina”. A implantação de inventários florestais ao final dos anos 1990, financiados pelo Banco Mundial, também desempenhou um papel importante por tornar visíveis as taxas de desmatamento no país (Secretaria de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2007). No Uruguai, foi também o Banco Mundial, através de crédito global para reforçar as capacidades de gestão dos recursos naturais do país, quem facilitou a implantação de medidas para os solos. Nesse contexto, o zoneamento silvícola do Rio Grande do Sul aparece como uma exceção, por ter sido impulsionado prioritariamente pelos atores do estado e não por instâncias de cunho federal ou internacional.

3. ATITUDES E ESTRATÉGIAS DOS ATORES AGRÍCOLAS DOMINANTES FACE ÀS NOVAS NORMAS

Assim como o desempenho das ONGs ambientais e dos governos na concepção de medidas de proteção ambiental, os atores agropecuários dominantes também intervieram durante a fase de elaboração das normas de regulação, e continuaram a intervir depois dessas normas terem sido adotadas.

Com efeito, as novas normas emergem em um contexto de tentativa de institucionalização da questão ambiental, pelo menos no Brasil e na Argentina. Ambos os países instituíram conselhos ambientais no plano federal e por vezes federativo, nos quais o setor empresarial é representado. Essa representação lhe permite influenciar a escolha e o alcance dos instrumentos de regulação. No Rio Grande do Sul, o zoneamento final foi assim elaborado a partir de uma metodologia concebida pelos técnicos das principais empresas madeireiras do Estado (Gautreau; Velez, 2011). Essa influência institucional

vem reforçar uma incidência política poderosa, pois os laços entre representantes parlamentares e empresas são notórios. Adotada no âmbito federal, a lei florestal argentina teve uma implementação problemática nas províncias do norte do país, precisamente devido à convivência entre interesses agropecuários e políticos no seio dessas instâncias de decisão. Em províncias tais como o Chaco, Salta, Formosa ou Santiago del Estero, os “lobby” agropecuários pesaram fortemente para que o zoneamento adotado não freasse a expansão das superfícies cultivadas (Langbehn, 2014). Nas províncias de maiores conflitos (Salta e Córdoba), levaram a aprovação de projetos legislativos concorrentes em relação aos propostos pelas agências ambientais que gozavam, no entanto, de forte legitimidade graças aos processos participativos de formulação dos zoneamentos provinciais (Schmidt, 2010; Silvetti et al., 2013). Em Santiago ou em Formosa, a lei florestal provincial foi calcada nos zoneamentos com objetivo agrônômico. Assim, os zoneamentos provinciais não fazem mais que consolidar a frente agropecuária, reservando-lhe ainda uma margem de expansão. Os setores de floresta mais protegidos são, de fato, situados nas áreas de baixo potencial agrícola e não cobiçadas para os avanços da frente (Adamoli; Ginzburg; Torrella, 2011). Assim, entre 2007 e 2013, 1,9 milhão de hectares foram desmatados, em sua maioria no norte do país (Aranda, 2015).

No Rio Grande do Sul, o apoio oficial do governo de Yeda Crusius às grandes empresas de madeira traduziu-se por uma ofensiva de desestabilização dos funcionários da administração ambiental, com o objetivo de suavizar ao máximo as obrigações do zoneamento silvícola (Gautreau, 2014). No Uruguai, enfim, a influência dos grandes atores agropecuários sobre a formulação do decreto é mais difícil de ser identificada. A responsável pela administração encarregada dessa formulação e da aplicação do decreto reivindica seu passado no setor agropecuário privado como um fator decisivo para sua aceitação entre os produtores do país. Pode-se pensar, além disso, que a inclusão de cláusulas de atualização periódica das medidas foi igualmente uma solicitação do mundo empresarial, na expectativa de deixar instalados mecanismos simples que pudessem questionar os constrangimentos oriundos da regulação.

Uma vez as medidas adotadas, os setores agrários dominantes exercem uma pressão com vistas a abrandá-las, sem, todavia, demonstrar uma oposição frontal. Na Argentina, a possibilidade de praticar a silvicultura associada à pecuária foi finalmente aceita nas zonas classificadas em amarelo (onde apenas as atividades que garantem a sustentabilidade da floresta são autorizadas), o que não estava previsto inicialmente. Essa evolução favoreceu os interesses

da agropecuária permitindo, assim, o avanço da frente¹¹ e marginalizando o desejo inicial da administração florestal nacional de favorecer a silvicultura em florestas nativas. Paradoxalmente, os fundos previstos pela lei, que objetivavam incentivar os produtores a buscar alternativas ao corte, representam com frequência uma oportunidade financeira para que avancem, cada vez mais, sobre a cobertura florestal. Nas zonas de fraco potencial agropecuário, mas com potencial silvopastoral, a lei acaba financiando, assim, a construção de currais e de vias de penetração do gado (Gislard; Gautreau; Langbehn, 2014).

As dificuldades para se aplicar a lei florestal argentina, segundo seus objetivos iniciais, vêm do fato de que no âmbito provincial, os atores que denunciam a continuação do desmatamento (organizações indígenas e camponesas e os atores que lhes acompanham), se encontram em posição de inferioridade de poder com relação aos atores dominantes da agropecuária e da política local. No Rio Grande do Sul, os ataques posteriores à adoção do zoneamento passaram primeiramente por tentativas de modificação de normas secundárias, visando promover o seu esvaziamento. Tentaram, por exemplo, eliminar a exigência administrativa de autorização ambiental dos projetos silvícolas, até agora sem resultado.¹²

Depois da adoção destas novas medidas, notamos, mais amplamente, uma ausência de contestações abertas ou de ofensivas francas por parte dos setores agrícolas dominantes. Talvez pela simples razão de que estas medidas sejam tão pouco severas que não chegam a percebê-las como ameaça real para os projetos agropecuários e silvícolas.¹³ Em todos os casos, é principalmente durante sua elaboração que as tentativas de abrandamento são mais fortes, e não durante sua aplicação.

4. EM DIREÇÃO A UMA NOVA CONCEPÇÃO DA RELAÇÃO AGROPECUÁRIA-DESENVOLVIMENTO NO CONE SUL?

Em relação às políticas de criação de áreas protegidas, dominantes nos anos 1990, as medidas estudadas atestam uma mudança de paradigma

¹¹ Com efeito, a aceitação oficial de “sistemas silvopastoris” vem acompanhada de uma autorização de desmatamentos parciais a fim de se implantarem campos artificiais tolerantes com relação ao estresse hídrico, sem os quais a rentabilidade de tais sistemas se reduziria consideravelmente.

¹² O zoneamento serve, antes de tudo, como guia à administração para que suas autorizações ambientais sejam liberadas.

¹³ No caso dos planos de uso do solo no Uruguai, a ausência de reação pode igualmente ser atribuída ao fato de que sua implementação seja ainda recente (2013), a tal ponto que não permitiu ainda aos atores uma avaliação precisa sobre o grau de obrigatoriedade da nova norma.

da proteção ambiental. Todas elas compartilham, em graus diversos, uma lógica de diferenciação do nível de constrangimento em função dos atores envolvidos:

- Os controles da aplicação do decreto uruguaio diziam respeito, em um primeiro momento, apenas aos maiores produtores agrícolas do país;
- Na sua versão inicial, o zoneamento silvícola do Rio Grande do Sul restringia a possibilidade de plantação de árvores de forma inversamente proporcional ao tamanho da propriedade em questão;
- A lei florestal argentina estabelece dentre seus objetivos a subsistência das populações rurais vivendo “de” e “na” floresta, que são geralmente os pequenos produtores agrícolas ou aqueles em situação de precariedade quanto à posse da terra.

Fica clara a nova dimensão de promoção de uma equidade social e de uma justiça ambiental nas normas de regulação agropecuária; sua aplicação mostra, no entanto, que elas têm dificuldade em atingir esse objetivo. No Uruguai, produtores rurais evocam o fato de que o respeito aos planos de rotação de culturas é tanto mais complexo quanto menor for a superfície de produção. Quanto maior é a superfície, mais fácil se torna a inclusão dos objetivos de restituição da fertilidade ou de repouso do solo sem prejudicar a rentabilidade do estabelecimento. Na Argentina, as condições para poder se beneficiar de um financiamento a título de serviços ambientais por parte da proteção da floresta excluem com frequência as populações rurais mais frágeis. Com efeito, elas raramente possuem documentos de propriedade ou de ocupação da terra e se encontram excluídas das redes de técnicos que formulam e implementam os planos de proteção além de produzirem os documentos administrativos exigidos (inventários florestais, planos de rotação de culturas, estudos de impacto ecológico etc), tarefas pelas quais cobram honorários. Portanto, sua implementação é tanto mais difícil quanto mais parco o financiamento ou quanto menor for o capital social.¹⁴ Essas falhas tornaam necessária uma revisão dos critérios e das modalidades de aplicação para atingir os objetivos definidos e para que as populações visadas possam ser contempladas.

¹⁴ Na província do Chaco, por exemplo, o orçamento da lei florestal foi prioritariamente atribuído a produtores de portes médio a grande, a autoridade da província justificou esse fato pela vontade de preservar a maior superfície possível da floresta. Entre 2010 e 2013, de 371 beneficiários, a metade possuía mais de 250 hectares de terras, 88 mais de 1000. Apenas três comunidades camponesas ou indígenas contavam dentre os beneficiários (Gisclard; Gautreau; Langbehn, 2014).

Além disso, essas medidas são testemunhos de uma transformação das representações sobre a relação entre as atividades produtivas e a conservação dos recursos na região. As novas normas não concebem mais esses termos como antagonicos. Corretamente geridos, a silvicultura, a agricultura ou a criação de animais poderiam existir no seio de um ecossistema de qualidade. Ainda que não se observe uma transformação radical das práticas com a aplicação dessas medidas, a renovação das concepções regionais da ecologia constitui um elemento de sua “produtividade” social (Melé, 2011), cujos efeitos em longo prazo são ainda desconhecidos. A formalização das práticas silvopastoris autorizadas em meio à floresta estabelecida durante os *workshops* de acompanhamento da lei florestal ou, ainda, a inscrição na lei da necessidade de se conservarem os pastos do Rio Grande do Sul, constituem uma valorização de práticas ou de ecossistemas considerados até pouco tempo sem importância ecológica. Por um lado, essas medidas confirmam oficialmente o reconhecimento do fato de que a biodiversidade desses sistemas merece atenção, sobretudo se considerarmos que até recentemente era percebida apenas como “degradada” e distante demais dos hipotéticos sistemas “originais” menos antropizados. Por outro lado, ela contribui para visibilizar ecossistemas até então negligenciados devido à focalização internacional e regional da conservação sobre as florestas tropicais úmidas (Gautreau, 2014; Hecht, 2005). A valorização das florestas secas do Chaco ou dos campos do Rio Grande do Sul ou do Uruguai se inscreve em um processo similar ao que tange os Cerrados brasileiros desde o fim dos anos 1990 (Aubertin; Piton, 2013).

Essas evoluções não podem, entretanto, mascarar a permanência de uma forte disjunção entre as agendas ambientais e produtivas dos Estados da região. A Argentina representa, sem dúvida, o caso mais emblemático: as autoridades federais formulam atualmente objetivos de desenvolvimento agrícola baseados na expansão das superfícies agrícolas para os próximos anos.¹⁵ As margens de progressão encontram-se, essencialmente, na alta dos rendimentos e na incorporação de novas terras com potencial agrícola, disponíveis essencialmente nas florestas do Chaco. As dinâmicas cruzadas de aumento e de redução da regulação observáveis na região indicam igualmente que a institucionalização das políticas ambientais não é um processo linear e acumulativo. O Brasil, apesar de reconhecido pela legitimidade e por suas instituições ambientais

¹⁵ Ver o “Plan Estratégico Agroalimentario y Agroindustrial 2016-2020”, que propõe um aumento da superfície dedicada às grandes culturas, de 33 a 42 milhões de hectares. Está anunciado e plebiscitado um aumento de 60% da produção. Ou, ainda, o “Plan Estratégico Territorial”, que preconiza o desenvolvimento da rede de transportes a serviço dessa estratégia de expansão.

relativamente mais antigas,¹⁶ enfraqueceu seu poder de regulação ao redistribuir algumas das competências do Estado nacional, para administrações estaduais favoráveis à agricultura empresarial. Na Argentina, onde persiste, ao contrário, uma fraca institucionalização das questões ambientais, a implantação da lei florestal não permitiu ainda a construção das capacidades administrativas nesse domínio. No âmbito das províncias, seu acompanhamento é frequentemente atribuído a administrações encarregadas da produção que não tem experiência nem formação nas questões ambientais, ficando exposto ao risco de verem as suas medidas sendo aplicadas a partir de lógicas estritamente agronômicas. No Uruguai, enfim, a administração ambiental ainda tem um papel apenas secundário na avaliação dos impactos das atividades silvícolas ou agrícolas, que permanecem essencialmente sob a responsabilidade do Ministério da Pecuária, da Agricultura e da Pesca.

CONCLUSÃO

A emergência das medidas estudadas aqui mostra, simultaneamente, uma situação amplamente favorável à continuação de um crescimento agrícola não regulado, pilotado por uma agropecuária empresarial aberta ao mercado mundial, e o desencadeamento de tendências que reduzem a autonomia desses mesmos atores no campo ambiental. A “sobrevivência” dessas medidas depende, em boa parte, do fato de que elas são pouco impositivas para os atores dominantes. A título de comparação, o questionamento do Código Florestal brasileiro de 1968, ocorrido em 2012, mostra que quando essa imposição ou obrigatoriedade é percebida como insuportável pelos empresários agropecuários, as medidas de regulação são boicotadas e pouco defendidas pelo Estado. Os atores favoráveis a uma regulação agroambiental na América do Sul encontram-se, assim, em uma posição desconfortável, pois alcançam apenas modificações marginais em certos comportamentos empresariais e são incapazes de provocar mudanças mais importantes de uso dos solos (Brannstrom, 2009).

Diante de medidas de fraca obrigatoriedade ou mal aplicadas, existe a tentação de interpretá-las tal como evocamos na introdução, como medidas de “maquiagem verde” a serviço de políticas “neodesenvolvimentalistas” (Massuh, 2012; Svampa, 2013) centradas no crescimento agropecuário. Tais estratégias

¹⁶ Essa legitimidade está ligada notadamente à forte produção legislativa dos anos 1980-90, que se inicia com um aparelho legal cada vez mais fundamentado nos estudos científicos e cada vez mais abrangente (Drummond; Barros-Plataiu, 2006).

dependem fortemente do tipo de processo que se busca regular, da informação que é produzida sobre esse e do grau de familiaridade da opinião pública com o “problema” por ele representado. A avaliação precisa da aplicação do decreto uruguaio de uso do solo, ou do zoneamento silvícola no Rio Grande do Sul, só pode ser conduzida pelo próprio Estado em função da complexidade das formas de produzir as medidas e da quantidade de informação a coletar no âmbito dos estabelecimentos. Por outro lado, o nível de conhecimento dos atores, relativo aos fenômenos de erosão ou da biodiversidade dos campos é muito reduzido. O domínio da produção e da difusão da informação ambiental permanece nas mãos da administração. É fácil, portanto, nesses casos, desenvolver-se um discurso oficial sobre a sustentabilidade das políticas públicas de acompanhamento do crescimento agropecuário, diferentemente do caso argentino em que a existência de métodos padronizados de avaliação do desmatamento, realizáveis a custos relativamente baixos e por um grande número de atores não estatais, torna delicada a ocultação dos valores que viriam questionar os discursos oficiais.

Dito isso, as mudanças de caráter mais profundo são igualmente perceptíveis. Essas medidas constituem as primeiras a abordar de frente a regulação de atividades produtivas que sempre constituíram o motor da economia desses três países: se distanciam tardiamente, mas fortemente, das políticas de conservação dos anos 1990; associam de modo formal e institucionalizado os atores agropecuários a sua própria concepção e aplicação; supõem a construção de aparelhos públicos de coleta e de tratamento da informação ambiental, que criam capacidades inéditas de pilotagem pelo Estado. A “produtividade” social dessas medidas, ou seja, o conjunto dos efeitos não previstos por seus autores nos diversos campos do político e da gestão dos territórios rurais, deverá, portanto, ser objeto de um acompanhamento atento durante os próximos decênios.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ADÁMOLI, J.; GINZBURG, R.; TORRELLA, S. *Escenarios productivos y ambientales del Chaco argentino: 1977-2010*. Buenos Aires: Fundación Producir Conservando, 2011.
- AUBERTIN, C.; PINTON, F. L'invention du biome Cerrado. *Economie verte et socio-biodiversité. Confins* [online], São Paulo, 17, 2013. Disponível em <<http://confins.revues.org/8218#bodyftn1>>. Acesso em 15 de março de 2014

ARANDA, D. Los desmontes de la soja. *Pagina/12* [online], Buenos Aires, 14 de janeiro de 2015. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-263860-2015-01-14.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2015.

ARGENTINA, Dirección de Bosques, Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación. *Ley n° 26.331 de Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos*: Informe resumen de estado de implementación, 2013.

BRANNSTROM, C. South America's Neoliberal Agricultural Frontiers: Places of Environmental Sacrifice or Conservation Opportunity? *Ambio*, Stockholm, v. 38 (3), p. 141-149, 2009.

CORCUERA, J.; MARTÍNEZ ORTIZ, U. La expansión agrícola y el ambiente en el contexto global. In: BROWN, A; MARTÍNEZ ORTIZ, U.; ACERBI, M.; CORCUERA, J. (Org.). *Situación Ambiental Argentina 2005*. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2006, p. 483-490.

DRUMMOND, J.; BARROS-PLATIAU, F. Brazilian Environmental Laws and Policies, 1934 –2002: A Critical Overview. *Law and Policy*, Denver, v. 28, n. 1, p. 83-108, 2006.

FOUILLEUX, E. Normes transnationales de développement durable. Formes et contours d'une privatisation de la délibération. *Gouvernement et action publique*, Paris, v. 1, n.1, 93-119, 2013.

GAUTREAU, P. *Forestación, territorio y ambiente*. 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina. Montevideo: Trilce, 2014.

GAUTREAU, P.; HINNEWINKEL, C. L'émergence d'un statut écologique pour les herbages : la construction scientifique de paysages à valoriser. Une vision croisée Nilgiri (Inde) – Rio de la Plata. In: Galop D. (Org.). *Paysages et environnement*. De la reconstitution du passé aux modèles prospectifs. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, Annales littéraires de l'Université de Franche-Comté, 2013, p. 289-308.

GAUTREAU, P.; VÉLEZ, E. Strategies of Environmental Knowledge Production Facing Land Use Changes: Insights from the Silvicultural Zoning Plan Conflict in the Brazilian State of Rio Grande do Sul. *Cybergeo: European Journal of Geography*, Paris, 2011. Disponível em: <<http://cybergeo.revues.org/24881>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2014.

GISCLARD, M.; GUIBERT, M. *Trajectoires socio-historiques et ressorts de la coexistence entre petite agriculture familiale et agriculture entrepreneuriale*. Le cas du Chaco argentin. In: COLLOQUE INTERNATIONAL RENOUVELER LES APPROCHES INSTITUTIONNALISTES SUR L'AGRICULTURE ET L'ALIMENTATION: LA GRANDE TRANSFORMATION 20 ANS APRÈS, Anais [online]. Montpellier: SUPAGRO, 2014. Disponível em: <<https://esrcarto.supagro.inra.fr/seminaire2014/index.php/articles>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

GISCLARD, M.; GAUTREAU, P.; LANGBEHN, L. *Lógicas de distribución del Fondo de compensación de la Ley de Presupuestos Mínimos de Protección Ambiental de los Bosques Nativos en la provincia del Chaco*: entre lo productivo, lo social y lo ambiental. PRIMER CONGRESO INTERNACIONAL DEL GRAN CHACO AMERICANO: TERRITORIO E INNOVACIÓN, Anais. E-Book. Santiago del Estero: UNSE, 2014. Disponível em: http://www.congracha.org/web/publicaciones_digital/001/index.html. Acesso em: 18 de janeiro de 2015.

- GRAU, R. H.; AIDE, M. Globalization and Land-Use Transitions in Latin America. *Ecology and Society*, Wolfville, v. 13, n. 2, 2008.
- GUIBERT, M.; SILI M.; ARBELETCHÉ, P.; PIÑEIRO, D.; GROSSO, S. Les nouvelles formes d'agricultures entrepreneuriales en Argentine et en Uruguay. *Revue Economies et Sociétés*, Paris, n. 33, p. 1813-1831, 2011.
- HECHT, S. Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier. *Development and Change*, The Hague, n. 36, p. 375-404, 2005.
- HOMMEL, T. Initiatives des entreprises à visée environnementale, sanitaire ou sociale. Typologie, déterminants et efficacité. Paris: IDDRI. *Idées pour le Débat*, p. 16-29, 2006.
- LANGBEHN, L. Conflictos y controversias por el Ordenamiento Territorial de bosques nativos en Salta. La cuestión ambiental y el control sobre el territorio. In: MERLINSKY, Gabriela (org.). *Cartografías del conflicto ambiental en Argentina*, Buenos Aires: CICCUS-CLACSO, 2014, p. 223-54. Disponible em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sc/20140228033437/Cartografias.pdf>>. Acceso em: 12 de janeiro de 2015.
- MARQUIS DUPONT, G. *La régulation par les politiques publiques de la conservation des ressources*. Le cas de la régulation de l'érosion hydrique des sols en Uruguay par le décret 405/008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Paris, 2014.
- MARTÍNEZ ORTIZ, U. *Producción agropecuaria y medio ambiente*. Propuestas comparadas para su sustentabilidad. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2007.
- MASSUH, G. (éd.). *Renunciar al bien común*. Extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina. Buenos Aires: Mardulce, 2012.
- MELÉ, P. *Transactions territoriales*. Patrimoine, environnement et actions collectives au Mexique. Tour: Presses Universitaires François Rabelais, 2011.
- MONTENEGRO, C. et al. *Monitoreo de la superficie de bosque nativo de la República Argentina*. Período 2006-2011. Regiones forestales, parque chaqueño, selva misionera y selva tucumano-boliviana. Buenos Aires: UMSEF-SAYDS, 2012.
- NEPSTAD, D. C.; STICKLER, M.; ALMEIDA O. T. Globalization of the Amazon Soy and Beef Industries: Opportunities for Conservation. *Conservation biology*, Washington D.C., n. 20, p. 1595-1603, 2006.
- REDAF (Red Agroforestal Chaco Argentina). Monitoreo de deforestación de los bosques nativos en la Región chaqueña argentina. *Informe No 1*: Ley de Bosques, análisis de deforestación y situación del Bosque chaqueño en la provincia de Salta. Reconquista: REDAF, 2012.
- SCHMIDT, M. Ordenamiento territorial de bosques nativos: definiciones y debates en la provincia de Salta. *Proyección*, Mendoza, n. 8, p. 114-140, 2010.
- SECRETARÍA DE AMBIENTE Y DESARROLLO SUSTENTABLE DE LA NACIÓN. *Primer inventario nacional de bosques nativos*: informe nacional. Buenos Aires: Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable de la Nación, 2007.
- SILVETTI, F.; SOTO G.; CÁCERES D.; CABROL, D. ¿Por qué la legislación no protege los bosques nativos de Argentina? Conflictos socioambientales y políticas públicas. *Mundo agrario* [online], Buenos Aires, v. 13, n. 26, 2013, 21 p.

SOLBRIG, O.; ADÁMOLI, J. (Eds.). *Agro y ambiente: una agenda compartida para el desarrollo sustentable*. Buenos Aires: Foro de la Cadena Agroindustrial Argentina, 2008.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 244, p. 30-45, 2013.

ZIMMERER, K. “Conservation Booms” with Agricultural Growth? Sustainability and Shifting Environmental Governance in Latin America, 1985–2008 (Mexico, Costa Rica, Brazil, Perú, Bolivia). *Latin American Research Review* – Special Issue, Pittsburgh, n. 46, p. 82-114, 2011.